RECURSOS ESTRATÉGICOS DA AMAZÔNIA COMO INSTRUMENTO GEPOLÍTICO DO SÉCULO XXI

José Roberto Faria e Faria¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir os instrumentos estratégicos de geopolítica da região amazônica diante da perspectiva global de recursos naturais estratégicos necessários para o crescimento da economia mundial no século XXI, o método utilizado neste trabalho foi de Amin (2015). A globalização definiu, a partir dos anos 1980, uma nova configuração geopolítica determinada pela crescente demanda internacional por recursos naturais estratégicos. Nessa nova conjuntura, a busca por “recursos minerais vitais” torna-se fator crítico para aquelas economias hegemônicas que, durante séculos, têm determinado o rumo do comércio internacional. Assim, as regiões ricas em recursos estratégicos passaram, a ser o centro das atenções internacionais. A região Amazônica, detentora do maior estoque de recursos estratégicos – água, minerais, biodiversidade – do planeta, está inserida no mapa dos grandes discursos de geopolítica do século XXI. Determina-se, assim, uma nova realidade geopolítica para a região Amazônica, exigindo maior presença do Estado visando não só seu crescimento econômico e desenvolvimento sustentável como também reafirmar a soberania da região.

Palavras chaves: Recursos Estratégicos. Geopolítica. Amazônia.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia-UFAM. Email: duda2008@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, o avanço internacional dos países hegemônicos foi determinado por questões fundamentadas que abrangiam dois aspectos: primeiro, relacionado à organização e controle das ideologias regionais, e em segundo lugar, às ações políticas visando ao equilíbrio regional do poder. Atualmente esse contexto vem sendo radicalmente alterado pelo novo processo de relações internacionais estabelecido, a partir dos anos oitenta do século XX com o paradigma da globalização. A globalização promoveu a integração das economias, abrindo oportunidades para aqueles países que estavam preparados para incorporar, de modo geral, os ganhos potenciais advindos do aumento da produtividade, da redução da pobreza, da melhoria na educação e, especialmente, da incorporação de uma dinâmica industrial de alta tecnologia.

Essa mudança trazida pela globalização, alterou radicalmente a participação espacial da geografia do comércio internacional, forçando as corporações a buscar novos mercados e redistribuir os investimentos internacionais. Os governos, para não ficarem atrás, foram obrigados a definir novas políticas nacionais e novas formas de relacionamento internacional para enfrentar a forte competição, no mercado internacional, por matérias-primas estratégicas. Segundo Amim (2015) a globalização passou a acelerar a criação de uma nova ordem mundial fundamentada na capacidade tecnológica, evidenciando a importância da biotecnologia, da engenharia genética e da tecnologia da informação. Nesse ambiente de alta competição, o setor industrial teve que desenvolver uma capacidade inovadora e tecnológica para permanecer competitivo no mercado internacional.

A acirrada competição internacional gerou uma significativa pressão por novas fontes de matérias-primas, como petróleo, gás, minerais da terceira geração e, especialmente, por fontes alternativas de suprimento de água. Recursos esses necessários para atender a crescente demanda das economias tradicionalmente dominantes do mercado internacional de *commodities*, como também daquelas economias que, aproveitaram as condições econômicas e políticas para se integrar ao seleto grupo de economias que determinam a geopolítica mundial do fluxo e intercâmbio de recursos naturais.

Nesse atual contexto, os países como o Brasil, detentores de recursos naturais se confrontam com uma nova ordem internacional, intensiva no uso de matérias-primas estratégicas. A região Amazônica, detentora de um dos maiores estoques de recursos estratégicos – água, minerais e biodiversidade – do planeta, voltou a ser o centro das atenções internacionais. Configura-se, assim, uma nova realidade geopolítica para a Amazônia, forçando uma maior presença do Estado na região, assim como a criação de políticas que visem a alavancar não só seu crescimento social e econômico, mas também seu desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir a posição geopoliticamente estratégica da Amazônia diante da perspectiva mundial de escassez de recursos naturais necessários para o crescimento da economia mundial no século XXI.

Esse artigo passa a discutir uma nova ordem global determinada pelo paradigma da globalização. Depois, procura-se analisar a importância geopolítica da Amazônia no cenário internacional devido suas reservas e sua posição estratégica diante do novo contexto de crescimento global, ao que se seguirão as considerações finais.

2. UMA REGIÃO ESTRATÉGICA

A tempos a Amazônia continua a ser objeto dos mais diversos casos de interesse, é um importante *espaço vital* por sua grandiosidade territorial, sua riqueza de recursos naturais e a exuberância de sua biodiversidade. Pela potencialidade do estoque de recursos estratégicos necessários para a geração das inovações tecnológicas, a Amazônia passou a atrair as atenções internacionais, pelas riquezas do subsolo regional e, especialmente, pelo seu grande potencial hídrico. Essa riqueza toda vem provocando muita preocupação nacional, principalmente quando tem influência externa, sobre a maneira como seus vastos recursos naturais poderiam ser aproveitados de forma sustentável. Portanto a Amazônia confronta-se, hoje, com cenários internacionais bastante conflitantes nos quais prevalece o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Vários países como a Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, países hegemônicos, dependem do acesso à vasta fronteira internacional de recursos naturais estratégicos. A Amazônia guarda em seu espaço um grande estoque

desses recursos, passando a ser, portanto, centro de referência nas políticas de planejamento estratégico por parte desses países, na busca de regiões ricas em recursos naturais no século XXI.

A importância geopolítica dos recursos naturais e em especial da região Amazônica entra no âmbito da política de manutenção hegemônica dos Estados Unidos na América Latina. Esse olhar não é fato novo na história da geopolítica, ela carrega vários acontecimentos que comprovam a sua veracidade.

As colocações de Klare (2008), dentro da nova ordem geopolítica que prevalece no momento, representam a formulação de uma política futura pela apropriação dos recursos naturais em qualquer espaço geográfico, independentemente dos impactos sociais, econômicos e ambientais que possa causar.

Com o advento de um novo player como potência econômica, aqui referendado pela China, colocou uma enorme pressão na demanda mundial por recursos naturais estratégicos, redefinindo uma nova conjuntura internacional em que as forças do mercado procuram fontes alternativas de suprimento de recursos visando a atender as necessidades econômicas e produtivas. A China, com uma política econômica voltada para o mercado externo, tem pressionado significativamente a demanda internacional por recursos naturais em seus mais diversos setores. A importação de minerais destinados às indústrias siderúrgicas e para a construção de infraestrutura portuária foi priorizada pelos últimos Governos centrais da China. Outros setores como alimentos e hidrocarbonetos representam importantes *commodities* na pauta de importação da China.

A entrada desse gigante asiático no seleto grupo de grandes potências econômicas hegemônicas, contextualiza uma nova realidade global, na qual regiões ricas em recursos naturais estratégicos passam a ser o alvo das políticas externas do Governo chinês. A estratégia diplomática da China foca suas atenções nas regiões da África, especialmente na área subsaariana, aproveitando o vácuo deixado pela diplomacia americana na região.

Na América do Sul, a agenda está ligada a países com grandes áreas de produção de alimentos, como a Argentina e o Brasil. Agora a ordem é competir diretamente pelo acesso aos recursos estratégicos regionais com os países

européus e, especialmente, com os Estados Unidos, aproveitando a política isolacionista adotada recentemente pelo governo do atual presidente Trump, que seguidamente vem saindo das mesas diplomáticas de várias partes do mundo.

3. OS RECURSOS ESTRATÉGICOS DO SÉCULO XXI

Agora será discutido a posição estratégica da Amazônia na nova ordem mundial, definida pela importância de suas riquezas naturais – biodiversidade, minerais e água.

A biodiversidade como recurso estratégico do século XXI, implica, necessariamente, retornar ao ano de 1800, quando Alexander Von Humboldt, famoso naturalista alemão, percorreu, em companhia do botânico francês Aimé Bonpland, os rios da região Amazônica, pesquisando as diferentes espécies de plantas. Humboldt, ao conhecer essa enorme floresta tropical, não resistiu à sua enorme diversidade de vida natural, passando a chamá-la de *Hyleia*, termo que passou a ser internacionalmente usado como sinônimo da Amazônia.

Essa abordagem especial dada por Humboldt à Amazônia tem sido reproduzida ao longo da história pelos mais diversos cientistas do mundo que acreditam que a biodiversidade da região, seja o principal ecossistema do planeta para manter a diversidade e a qualidade de vida do ser humano no planeta.

A gestão e a proteção da biodiversidade tem sido tema central de vários eventos nacionais e internacionais nos quais têm sido carregados de fatores político-econômicos, fatores socioculturais e fatores biológicos como agentes diretamente relacionados à utilização dos serviços da floresta Amazônica. Nesse sentido, a Convenção de Diversidade Biológica (CDB), firmada durante a Rio-92 e ratificada em 1993, é bem específica em seu Artigo 15.

A complexidade da questão do controle ambiental pelo aparelho estatal no Brasil, tem sido a grande preocupação de diversos órgãos governamentais e não governamentais na perspectiva de definir políticas voltadas para conter ações para diminuir a perda da biodiversidade da região Amazônica. Essa preocupação é expressa nos estudos promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2001), por meio do Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio), visando subsidiar as ações necessárias ao cumprimento das obrigações do país junto à

Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada durante a Rio-92. Entre os principais resultados do estudo, destaca-se a identificação dos eixos e polos de desenvolvimento que teriam impacto direto na geografia da biodiversidade da região Amazônica.

A posição exercida pelo Brasil, mostra a falta de uma política nacional sobre proteção à biodiversidade da Amazônia, como é expressada por Ribeiro (2006: 240). Muitos autores nacionais são enfáticos ao comentar sobre esse tema quando demonstram o total desinteresse e falta de planejamento para a questão da Amazônia, pelo Estado em todas suas formas, sendo esse problema considerado urgente para uma melhor proposição nacional sobre o tema.

São vários os trabalhos bibliográficos e estudos que analisam esse problema com alto significado geopolítico para a Amazônia e a incapacidade do Brasil para formular uma política de controle e manejo da biodiversidade da Região, onde, a casos que vão desde a falta de recursos financeiros, até a falta de pessoal técnico e científico qualificado. Todos são unânimes em dizer que é indispensável a ajuda ou cooperação dos países hegemônicos, quanto à oferta de recursos financeiros e de pessoal especializado. Embora essa oferta traga recursos, ela é insuficiente para realizar tão árduo trabalho, sendo que muitas vezes ela vem recheada de outras intenções, orientadas sempre na aplicação desses recursos para programas e projetos de sua agenda de interesses. Isso naturalmente gera problemas geopolíticos graves e, em princípio, inaceitáveis, principalmente pelas forças armadas.

A região Amazônica, por ser a maior floresta tropical do planeta, detém o maior estoque de recursos estratégicos do século XXI, deveria ter ao menos políticas mais responsáveis, por ter um componente da geopolítica do país, assim, reduzir as perdas ou pelo menos os impactos de seu uso, seria uma boa forma de mostrar ou sinalizar ao mundo que tem sim um plano e valoriza a sua importância geopolítica, no âmbito internacional, e sua responsabilidade para com as futuras gerações.

Outro fator que vem se tornando muito polêmico dentro das estratégias para a preservação da biodiversidade é a questão da biopirataria. Esse tema tem sido muito discutido em todos os debates nacionais e internacionais por muitos autores, chamando a atenção para as perdas que o Brasil vem tendo e poderá continuar a ter

no futuro, por não ter mecanismos de proteção de seu estoque de recursos estratégicos. Shiva comenta, em seu livro *Biopirataria: A pilhagem da natureza e do conhecimento* (2001: 92).

A nova fase da globalização e das inovações da engenharia genética sobre o patrimônio das florestas tropicais em geral, entrecaladas com fatores jurídicos de propriedade intelectual, provoca um novo discurso acalentado e novos conflitos em relação entre a propriedade intelectual privada e a propriedade comunitária, que pertence aos que dela usufruim no aspecto local.

No caso dos minerais, o que se vê é que em cada fase na indústria é marcada por determinados tipos de materiais que passam a ser elementos-chave para o desenvolvimento de novos e mais avançados produtos. Aqui como não seria diferente, a Amazônia, além de ser uma região detentora de uma grande reserva da biodiversidade em seu subsolo, detém também uma boa parte dos maiores estoques de recursos minerais necessários para os avanços tecnológicos do século XXI.

Um estudo realizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), em 1991, mostra as informações disponíveis a respeito dos recursos nacionais e, em especial, o potencial e a estrutura produtiva dos recursos minerais da Amazônia. O estudo mostra a região Amazônica com grandes estoques voltados para a exportação de ferro, bauxita, alumina, ouro, estanho, manganês, diamantes, gemas e pedras semipreciosas. Também mostra a existência de outros minerais conhecidos por sua importância, mas ainda não explorados de forma intensiva como o caso do cromo, do cobre e do níquel (CETEM, 1991). A importância dessa riqueza mineral na economia internacional é observada por Dos Santos (1996: 177), quando explica que os primeiros investimentos na região Amazônica foram feitos por empresas de capital estrangeiro, com o principal objetivo de mapear as reservas de potenciais minérios que teriam grande importância pelo seu possível uso estratégico no futuro.

A maior parte dos minérios da Amazônia é encontrada em áreas com rochas do período pré-cambriano (Dos Santos, 1980). As reservas minerais da província de Carajás são as maiores do Brasil até agora pesquisadas e podem ser consideradas, pelo seu tamanho como uma das maiores reservas do mundo.

A riqueza mineral da Amazônia é compreendida com importantes jazidas de ferro, manganês e nióbio-tântalo. Os estados de Rondônia e Roraima aparecem com

ocorrências de ouro, titânio e diamantes e especialmente o nióbio-tântalo. Outro Estado rico em minério é o Estado do Amapá, como indica Villas (2008), que detem grandes reservas de caulim, ferro, manganês, ouro, bem como importantes reservas de diamantes, níquel e também grandes jazidas do importante mineral nióbio-tântalo. Este último minério, por exemplo, tem grande importância para a indústria aeroespacial pelo seu importante componente de matéria-prima para a construção de naves espaciais devido a suas características de boa resistência tanto para altas como para baixas temperaturas.

O Estado do Pará detém a maior quantidade de reservas minerais do Brasil, com jazidas estimadas para 100 anos de exploração. Grandes empreendimentos estão previstos para extração de bauxita nos municípios de Juruti e Paragominas, assim como de cobre no município de Salobo. Em recente levantamento realizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foram identificados 16 distritos mineiros, entre os quais estão em produção os distritos de Canaã dos Carajás, Ipixunas, Parauapebas e Oriximiná (MME – DNPM, 2006).

Conforme comenta Silva (1996, p.205), toda essa soma de riqueza mineral coloca a Amazônia em uma importante posição geopolítica no cenário internacional, como fonte de importantes minerais para uso no século XXI, assim cita:

O “processo de ocupação econômica da Amazônia sempre obedeceu à imposição de interesses exógenos ligados à ideologia do desenvolvimento e, por essa razão, nunca respeitou o equilíbrio ecológico, pois considerava a região apenas fonte de matérias-primas”

Toda essa riqueza mineral vem carregada por um grande desafio, a exigência do fator preservacionista, forçando que sua exploração seja incorporada aos processos ambientalmente sustentáveis, visando garantir o desenvolvimento regional da Amazônia dentro da nova ordem mundial pelo desenvolvimento sustentável.

4. TERRAS RARAS

Minérios como o Lítio, o Cobalto, o Tântalo, o Tálcio, o Vanádio, entre outros, são minerais que deverão crescer em importância nas próximas décadas por sua aplicação em produtos de alta tecnologia e são encontrados na Amazônia. A produção mundial desses minerais com alto valor unitário poderá vir a ser um campo

de investimento em novas tecnologias que poderiam gerar ganhos espetaculares para a geração de empregos no Brasil.

A utilização estratégica para estes insumos não deve se limitar à descoberta e produção destes bens minerais no Brasil, mas sim, o desenvolvimento de processos e produtos em cadeias produtivas de alto valor agregado. Se faz urgente a parceria entre governo e setor privado em programas específicos para nichos especializados de competitividade para nortear o avanço das discussões como política de Estado.

Atualmente, a extração de terras-raras no país é feita de forma industrial em São Francisco do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 300 toneladas. De forma experimental, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que retira Nióbio (metal que eleva a qualidade do aço) de minas localizadas em Araxá (MG), passou, no ano passado, a fazer a separação de quatro Terras Raras (Cério, Lantânio, Neodímio e Praseodímio) que estão misturadas ao Nióbio dessas minas. Dado o alto potencial geológico de Araxá, a multinacional MBAC Fertilizantes, anunciou que construirá na cidade uma fábrica de processamento de Terras Raras, gerando empregos e divisas ao município.

As mineradoras se dizem interessadas na exploração de Terras Raras, mas cobram uma atuação mais decisiva do governo. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o que há são projetos esparsos, sem comunicação entre si, de institutos de pesquisa e empresas.

O IBRAM vem defendendo a ideia que o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), que é vinculado ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), assuma a tarefa de coordenar as iniciativas e seja o interlocutor das políticas voltadas para o setor.

É cada vez mais comum o uso de terras-raras aplicadas na indústria de alta tecnologia, como é o caso da energia verde (turbinas eólicas e células fotovoltaicas), carros híbridos elétricos, ímãs de alto rendimento, supercondutores, luminóforos e na comunicação à distância. Esses elementos (ETRs) são uma mistura de vários elementos essenciais para o desenvolvimento de novas tecnologias, como smartphones, tevês de tela plana, motores para carros elétricos, entre outros. Por suas características de serem maleáveis e bons condutores, eles são considerados

estratégicos para países como Japão, Coreia do Sul, China e Estados Unidos, os maiores fabricantes de tecnologias que consomem o produto.

A título de comparação, atualmente a China é a maior produtora de terras raras do mundo, respondendo por 97% da produção mundial de 17 metais provenientes de terras raras e vem sinalizando grande apetite por esses minerais para o desenvolvimento de tecnologias avançadas em seu território nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização ofereceu, sem dúvida, ótimas oportunidades para o desenvolvimento econômico daqueles países que apostaram e colocaram em suas agendas de prioridade nacional. Ao ampliar seus investimentos, incorporaram importantes transformações nos setores de forte inovação tecnológica gerando uma cadeia de produção de grande valor agregado e fortes investimento em qualificação.

A internacionalização da economia mundial criou novas dimensões econômicas e geopolíticas, caracterizando um ordenamento global no qual a incorporação de recursos estratégicos se tornou a regra do mercado.

Nesse novo cenário, a Amazônia, por ser uma região de dimensões continentais e detentora de grandes estoques de recursos estratégicos, passou a ser objeto de estudo e importância para essa nova era. Na nova dinâmica internacional pela busca e apropriação de recursos estratégicos necessários para o crescimento da economia global e preservação das posições hegemônicas das grandes potências, a segurança e a soberania da Amazônia passa mais do nunca a exigir crescente envolvimento do Governo brasileiro para definir projetos regionais que determinem e reorientem as políticas públicas.

É fato, que essas regiões que detêm grande parte dos recursos naturais estratégicos, para as atividades econômicas e produtivas do século XXI, serão os centros determinantes da mobilização de políticas e estratégias internacionais dirigidas a possuir e controlar as reservas desses recursos estratégicos. Terá cada vez mais importância estratégica a Amazônia com sua biodiversidade, os recursos minerais e as grandes reservas de água doce. A pressão por parte dos governos estrangeiros deverá aumentar nas próximas décadas, sendo possível reconfigurar as pautas de negociação dos países detentores.

É hora de o Brasil se posicionar e concentrar investimento e conhecimento para o aproveitamento desses recursos que serão o diferencial dos portfólios dos países que serão hegemônicos do século XXI. A hora é agora! se não quisermos ficar na eterna posição de venda em natura sem valor agregado e na eterna compra de nossos minérios já industrializados com grande valor agregado por outros países desenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA

Amin, Mario Miguel, « A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI », *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 107 | 2015, 17-38.

Barros, F. G. N. (2006), “A Bacia Amazônica Brasileira no contexto geopolítico da escassez mundial de água”. Dissertação de Mestrado em Economia apresentada à Universidade da Amazônia, Belém, Brasil.

Becker, Bertha K. (2004), *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.

Becker, Bertha K. (2005), “Geopolítica da Amazônia”, *Estudos Avançados*, 19(53), 71-86.

CETEM - Centro de Tecnologia Mineral (1991), *Recursos minerais da Amazônia: alguns dados sobre situação e perspectivas*. Rio de Janeiro. Consultado a 27.07.2018, em <http://www.ambientebrasil.com.br>.

Da Silva, G. G. (1996), “Recursos minerais da Amazônia: usos, desusos e abusos”, in Crodowaldo Pavan (org.), *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*, vol. 2. São Paulo: UNESP, 205-208.

Dos Santos, Breno Augusto (1980), *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz.

Dos Santos, Breno Augusto (1996), "Potencial mineral da Amazônia para o século XXI e os problemas ambientais relacionados", in Crodowaldo Pavan (org.), *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*, vol. 2. São Paulo: UNESP, 175-204.

Klare, Michael (2008), "A nova geopolítica da energia". Consultado a 27.06.2018, em <http://www.ecodebate.com.br/2008/05/26/a-nova-geopolitica-da-energia-artigo-de-michael-t-klare/>.

Ministério do Meio Ambiente (2001), *Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira*. Brasília.

Ribeiro, Nelson de Figueiredo (2006), *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Belém: EDUFPA.

Shiva, Vandana (2001), *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

Tosta, Octávio (1984), *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Tundisi, José Galizia (2003), *Água no século XXI: enfrentando a escassez*. São Carlos: Rima.

Villas, Raimundo Netuno (2008), "Megapotencialidades minerais. Amazônia: a floresta e o futuro", *Scientific American Brasil - Amazônia*, 2, 76-83.